



O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO

SUICIDE AMONG MILITARY POLICE AND PREVENTION EFFORTS

SUICIDIO ENTRE LA POLICÍA MILITAR Y LOS ESFUERZOS DE PREVENCIÓN

Alan Marcelo Zacarias Del Fiol¹

e4104039

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4039>

PUBLICADO: 10/2023

RESUMO

A Polícia Militar é a responsável por cuidar da população e zelar por sua segurança, entretanto, o policial militar é submetido todos os dias a uma carga emocional muito grande, pois se espera dele, que atue com rapidez, eficácia e que traga resultados satisfatórios, sem levar em consideração os meios de que dispõe para alcançar esses resultados e o estado emocional deste ser humano. O trabalho tem como objetivo trazer os possíveis fatores de risco inerentes ao trabalho do policial e que, conforme entendimentos dos profissionais da área de psicologia, são fortes indutores da prática suicida. Espera-se que esse trabalho contribua fornecendo mais informações para a sociedade acadêmica, bem como para os Batalhões e Policiais Militares, propiciando uma melhor compreensão do problema, para a ampliação do diálogo, para uma reflexão por meio da divulgação e publicação dos resultados, visando oferecer subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que façam valer de fato os direitos erigidos na Carta Magna, neste caso, o direito à saúde do Policial Militar, como também para que haja um maior respeito ao policial militar, enquanto ser humano que é, proporcionando melhores condições de trabalho, melhor capacitação, bem como investimento em educação, saúde e qualidade de vida. Devem ser tomadas medidas de prevenção contra o suicídio na população geral e usadas metodologias diferentes para a prevenção em populações específicas, como policiais e outros agentes da lei.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia militar. Segurança pública. Suicídio.

ABSTRACT

The Military Police are responsible for controlling the population and are responsible for their safety, however, the Military Police are subject to all their responsibilities, but it is expected that this will happen quickly, efficiently and with satisfactory results. It is important to consider the best things that are available to help you achieve these results and the emotional state of the human being. The work you carry out aims to track possible risk factors in police work which, according to professional understanding in the psychological field, are strong inducers of suicide. I hope that this work contributes to the future but informs the academic society as well as the military and military police, providing a better understanding of the problem, for the expansion of language, for a reflection of improving the dissemination and publication of results, offering subsidies for the formulation and implementation of public policies that are worth the weight of the rights established in the Magna Carta, in this case, the right to health of the Military Police, as well as so that there is greater respect for the military police, as human beings, Providing better conditions of work, better training, as well as investment in education, health and quality of life. Measures must be taken to prevent suicide in the general population and different methodologies must be used to prevent specific populations, such as police and other law enforcement agents.

KEYWORDS: Military police. Public security. Suicide.

RESUMEN

La Policía Militar es responsable de cuidar a la población y velar por su seguridad, sin embargo, la policía militar está sometida todos los días a una carga emocional muy grande, porque se espera que actúe de manera rápida, efectiva y que traiga resultados satisfactorios, sin tener en cuenta los medios disponibles para lograr estos resultados y el estado emocional de este ser humano. El trabajo tiene como objetivo acercar los posibles factores de riesgo inherentes al trabajo del oficial de policía y que,

¹ Polícia Militar do Paraná - PMPR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

de acuerdo con la comprensión de los profesionales en el área de la psicología, son fuertes inductores de la práctica suicida. Se espera que este trabajo contribuya proporcionando más información a la sociedad académica, así como a los Batallones y Policía Militar, proporcionando una mejor comprensión del problema, para la ampliación del diálogo, para una reflexión a través de la difusión y publicación de los resultados, con el objetivo de ofrecer subsidios para la formulación e implementación de políticas públicas que hagan efectivo los derechos erigidos en la Carta Magna, en este caso, el derecho a la salud de la Policía Militar, así como que haya un mayor respeto a la policía militar, como ser humano es decir, brindando mejores condiciones de trabajo, mejor capacitación, así como inversión en educación, salud y calidad de vida. Se deben tomar medidas de prevención del suicidio en la población general y se deben utilizar diferentes metodologías para la prevención en poblaciones específicas, como la policía y otros funcionarios encargados de hacer cumplir la ley.

PALABRAS CLAVE: *Policía militar. Seguridad pública. Suicidio.*

INTRODUÇÃO

A humanidade atravessa uma época de transformações econômicas, sociais e tecnológicas, as quais conflitam de forma geral sobre a sociedade e as concepções acerca da qualidade de vida no trabalho. Essas mudanças geram incertezas e levam as organizações privadas e públicas a repensarem os seus olhares sobre a qualidade de vida do trabalhador, objetivando aperfeiçoar os desempenhos, gerenciar as competências, objetivo e resultados, sempre pensando na missão de atender às expectativas e anseios de todos que trabalham nessas instituições (Ferreira *et al.*, 2009). Baseando-se nessa intenção de atender às expectativas dos trabalhadores, cada organização tem seus objetivos e particularidades em relação ao ramo de atividades que desenvolve e à promoção de qualidade de vida no trabalho.

O suicídio é um tema complexo. De um modo geral, a sociedade atual ainda o vê como um assunto imerso numa variedade de mitos e como um tabu, ou seja, que deve ser escondido e evitado. Em 2006, o Ministério da Saúde publicou as Diretrizes Nacionais de Prevenção do Suicídio (Portaria 1876/2006), compilando as estratégias para prevenção do problema em âmbito nacional e envolvendo as entidades de saúde (Bezerra, 2019).

Assim, pode-se dizer que a função da segurança pública é responsabilidade da União, Estados, Distritos e Municípios e a sociedade deve trabalhar com eles para criar uma sociedade com menos riscos e mais segurança para todos.

Mas para isso, são vários os desafios enfrentados para proteger a sociedade do crime, visto que suas ações são muitas vezes condenadas pela própria sociedade que deveria ser segura. Assim, este trabalho tem o escopo de apresentar a segurança pública, bem como os desafios que ela enfrenta no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado na jurisprudência e doutrina brasileira.

A presente proposta de estudo justifica-se pelo fato de que a prevenção do suicídio no meio policial militar é uma necessidade imperiosa. Particularmente, a Polícia Militar no Brasil tem registrado um recrudescimento nos casos registrados nos últimos anos (Mendes, 2017). Tal constatação levou ao estudo desse assunto e a análise dos esforços voltados para a prevenção dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

atos. Investir na prevenção do suicídio traz benefícios incomensuráveis, já que o objetivo primordial é o de evitar os sofrimentos inerentes a esse fenômeno que acompanha o homem por toda sua história.

Assim, este estudo visa esclarecer o tema e contribuir para uma compreensão clara e objetiva do que é a segurança pública e os desafios que ela enfrenta para que possa cumprir verdadeiramente seu papel, com excelência em suas atividades, atingindo o objetivo de cuidar e proteger a comunidade do crime e dos criminosos.

O trabalho tem como objetivo trazer os possíveis fatores de risco inerentes ao trabalho do policial e que, conforme entendimentos dos profissionais da área psicológica são fortes indutores da prática suicida.

Para fundamentar a pesquisa, serão disponibilizados dados referentes aos suicídios praticados pelos integrantes da Polícia Militar no Brasil. Por fim, será feita uma exposição das medidas preventivas utilizadas pelo Estado, no que concerne ao cuidado e atenção à saúde psicológica dos policiais, bem como uma análise da sua efetividade e eficácia.

O trabalho apresenta a metodologia da pesquisa bibliográfica. Para isto, foi feito o levantamento de dados através de plataformas acadêmicas. O campo de busca foi: *Scielo* e *Google Acadêmico*. Desta forma, foram adotados livros, artigos científicos e revistas pertinentes à área escolhida para o trabalho, por meio de pesquisas e leituras, cuja finalidade será trazer padrões distintos que possam servir como exemplo e serem trabalhados na sociedade.

SEGURANÇA PÚBLICA E O TRABALHO DOS POLICIAIS

A segurança pública ou a falta dela tornou-se um problema constante nas mais diversas áreas da sociedade brasileira. Atualmente, esse tema é discutido em uma ampla variedade de esferas políticas e sociais. Desta forma, é possível a discussão sobre diferentes discursos, oferecendo soluções que vão desde desmilitarizar a polícia militar até permitir que todos os cidadãos carreguem armas (Arruda, 2014).

Além dos civis, a violência parece ter se tornado uma prática perpetrada por agentes do Estado. Durante o período do regime militar, a partir de 1964, os mecanismos de repressão estatal passaram a praticar atos sistemáticos de violência contra diversos grupos considerados ameaçadores.

Ainda há discussões e evidências de abusos, torturas e outros atos de violência psicológica contra presos políticos, desrespeito aos direitos humanos. Foi com o enfraquecimento do regime militar que a natureza da violência mudou: passou de política a social, atingindo principalmente as classes pobres.

Assim, podemos perceber que a intensificação da discussão sobre o aumento do nível de violência remonta à década de 1970. Os meios de comunicação de massa timidamente começaram a divulgar os crimes ocorridos, principalmente nos grandes centros urbanos, principalmente no eixo Rio - São Paulo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

Neste ponto de nossa história, além da violência do Estado, aumentaram os roubos, o tráfico de drogas, o extermínio, o assassinato e o assassinato em massa (Costa, 2019). No entanto, a partir da década de 1980, o cotidiano da sociedade brasileira passou a sentir os efeitos da violência de forma mais ampla.

Segundo Dellasoppa *et al.* (2009, p. 169), a estrutura arquitetônica das cidades e as atitudes dos cidadãos estão passando por diversas transformações devido ao aumento da violência. Pode-se ver que:

Cidades e subculturas protetoras deram origem a cidadãos protetores. Esse fenômeno com características semelhantes também pôde ser observado no Brasil. No caso dos afluentes, ampliou-se o uso de seguranças particulares e procedimentos e regras particulares para tratar de questões de segurança em áreas específicas (áreas afluentes, condomínios de luxo ou apartamentos de classe média etc.) Ao mesmo tempo, nas áreas carentes e periféricas das regiões da capital, houve um aumento da atividade de “justiceiros” e um ato de desespero extremo e vingativo de linchamento. Assim, a taxa de homicídios em uma mesma região metropolitana flutuará amplamente quando consideradas áreas geograficamente e socialmente distantes sob diferentes condições de controle do crime. A probabilidade de ser morto também faz uma clara distinção entre os protegidos e os socialmente excluídos.

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, não apenas por uma difícil transição política – o fim da ditadura militar e a abertura de um regime democrático – mas também pela história, como um período de estagnação econômica e social. As taxas de violência, tanto urbana quanto rural, aumentaram acentuadamente, assim como a crescente desigualdade social.

ATUAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA E IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

Quando se fala em segurança pública, a saúde mental é um tema que precisa ser colocado em pauta. Dados da Organização Mundial da Saúde são preocupantes e apontam aumento no número de casos de depressão e transtornos de ansiedade no mundo e também no Brasil. O relatório mais recente acerca do tema, divulgado em 2017, indica que os casos de depressão aumentaram 18% entre 2005 e 2015: são 322 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a depressão atinge 11,5 milhões de pessoas, o que representa 5,8% da população, enquanto distúrbios relacionados à ansiedade afetam mais de 18,6 milhões de brasileiros (Bezerra, 2019).

De acordo com dados solicitados às polícias civil e militar do Estado de São Paulo via Lei de Acesso à Informação, por meio da Ouvidoria dos referidos órgãos, entre os anos de 2015 e 2020 (até o mês de abril), houve um total de 12.622 afastamentos de policiais civis devido a “transtornos mentais e comportamentais”, ou seja, afastados devido aos códigos constantes do capítulo V do Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A Polícia Militar divulgou seus dados em termos de porcentagem, indicando que durante o período solicitado (2015 a 2020), foram 3,5% do efetivo de Policiais Militares afastados do serviço devido a transtornos mentais e comportamentais.

Os números apresentados, embora devam ser considerados com cautela, devido à diferença de metodologias de apuração e apresentação, indicam preocupação, pois evidenciam um número significativo de afastamentos nas maiores corporações policiais do país e, mais que isso, até mesmo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

a maneira de apresentar os dados sugere que tais afastamentos não são tratados com total transparência.

Essa questão é evidenciada no estudo de Bezerra (2019), que verificou a prevalência de transtornos mentais em policiais militares de Minas Gerais e sua relação com aspectos organizacionais, identificando que 50% dos profissionais em acompanhamento psicológico no serviço pesquisado evitavam entrar em licença, pois esse afastamento é visto pela instituição de forma negativa, como falta de comprometimento ou despreparo. Tais considerações revelam que os números de afastamento por problemas mentais podem não representar a totalidade da incidência de tais transtornos nos profissionais de segurança, indicando uma realidade possivelmente ainda mais dramática.

Esse ponto traz à tona uma das grandes dificuldades em relação ao tema nas corporações, tendo em vista que causam preocupação não apenas os riscos psicossociais a que os profissionais estão submetidos devido à própria atividade policial e conseqüente incidência significativa de transtornos mentais, mas também a maneira com que tais situações são tratadas, o que pode consistir em um fator de agravamento dos sintomas e das conseqüências decorrentes de tais transtornos, para o agente, seus familiares e a sociedade em geral (Arruda, 2014).

A Política Nacional para a Saúde do Trabalhador é executada pelo SUS como um todo e tem como retaguarda técnica os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e os níveis mais complexos desse Sistema. Suas ações devem atingir todos os trabalhadores do País, cumprindo o preceito constitucional e as determinações da Lei Orgânica da Saúde (LOS) n.º 8.080/1990. Trabalhadores são todas as pessoas, homens e mulheres, que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, por qualquer meio de inserção trabalhista, tanto nos setores formais, quanto informais da economia. Nesse contexto se incluem os indivíduos que trabalharam ou trabalham como empregados assalariados, trabalhadores domésticos, avulsos, agrícolas, autônomos, servidores públicos, trabalhadores cooperativados e empregadores.

Cabe ao SUS executar as ações voltadas para a saúde do trabalhador conforme a Constituição Federal de 1988 e regulamentadas pela LOS. O artigo 6.º dessa lei confere à direção nacional do Sistema a responsabilidade de coordenar a política de saúde do trabalhador. Conforme o parágrafo 3.º do artigo 6.º da LOS, a saúde do trabalhador é definida como “um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde do trabalhador, assim como visa à recuperação e à reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”. Esse conjunto de atividades está detalhado nos incisos de I a VIII do referido parágrafo.

Além da Constituição Federal e da LOS, outros instrumentos e regulamentos federais orientam o campo da Saúde, dentre os quais salientam-se a Portaria/MS n.º 3.120/1998 e a Portaria/MS n.º 3.908/1998, que tratam, respectivamente, da definição de procedimentos básicos para a vigilância em saúde do trabalhador e prestação de serviços nessa área. A operacionalização das atividades deve ocorrer nos planos nacional, estadual e municipal, cada qual exercendo papéis e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

responsabilidades diferentes. O Ministério da Saúde brasileiro em conjunto com a Organização Pan-americana da Saúde no Brasil elaborou um Manual de Doenças relacionadas ao trabalho que apontam que as doenças ou transtornos mentais, tais como o estresse, a síndrome de Burnout e a depressão são consideradas doenças, também relacionadas aos trabalhos penosos e perigosos.

O suicídio é um fenômeno complexo e multifacetado que envolve a auto infligência de lesões fatais com a intenção de acabar com a própria vida (Durkheim, 1897). A compreensão dos fatores de risco e de proteção associados a esse ato autodestrutivo tem sido objeto de inúmeros estudos que buscam decifrar os elementos que contribuem para essa triste realidade.

Autores como Mann *et al.*, (2005) discutem a presença de uma predisposição genética para o suicídio, com evidências de que a hereditariedade pode aumentar a vulnerabilidade de indivíduos a transtornos mentais que, por sua vez, estão associados ao comportamento suicida. As pesquisas realizadas por Brent *et al.*, (2009) reforçam essa ligação, ao identificarem que adolescentes com histórico familiar de suicídio têm maior risco de ideação suicida.

Além disso, os fatores psicológicos também têm sido estudados como determinantes do suicídio. O trabalho de Brent *et al.*, (2009) aborda a "Teoria da Mente Suicida", sugerindo que a ideação e a tentativa de suicídio resultam da interação de três fatores: sensação de ser um fardo para os outros, falta de pertencimento social e capacidade para a autolesão. Essa perspectiva fornece um modelo compreensivo para entender como esses fatores se entrelaçam para levar ao comportamento suicida.

No entanto, é importante destacar que há fatores de proteção que também influenciam o resultado final. Autores como Brent *et al.*, (2009) enfocam a importância do suporte social e das relações interpessoais na redução do risco de suicídio. O estudo de Zalsman *et al.*, (2016) identifica que a conexão com pais, professores e amigos desempenha um papel crítico na promoção do bem-estar emocional dos adolescentes e na prevenção do suicídio.

Além disso, a disponibilidade de serviços de saúde mental acessíveis e eficazes é uma peça fundamental na prevenção do suicídio. O trabalho de Mann *et al.*, (2005) discute a eficácia da terapia cognitivo-comportamental e da terapia dialética comportamental no tratamento de transtornos mentais, destacando a importância do tratamento para a redução do risco de suicídio.

Em conclusão, o suicídio é um tema delicado que envolve uma complexa interação de fatores de risco e de proteção. Os estudos conduzidos por diversos autores permitem uma compreensão mais profunda dos elementos que contribuem para esse comportamento, bem como das estratégias que podem ser empregadas para prevenir o suicídio e promover o bem-estar emocional.

Émile Durkheim (1897) aponta que a falta de apoio social e o isolamento emocional são fatores de risco importantes para o suicídio. No caso dos policiais militares, o estresse crônico e as características peculiares da profissão podem levar a uma diminuição do suporte social, contribuindo para o desenvolvimento do Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e o aumento do risco de suicídio.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

Em um estudo conduzido por Major Diogenes Martins Munhoz (2016), foi observado que o excesso de trabalho, a carga emocional das ocorrências atendidas e a falta de recursos adequados para suporte psicológico são fatores que contribuem para o desenvolvimento do TEPT e o aumento do risco de suicídio entre policiais militares.

Nesse contexto, é essencial o desenvolvimento de estratégias de prevenção que contemplem a identificação precoce do TEPT, o suporte psicológico adequado, a capacitação de profissionais para lidar com a crise suicida e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e acolhedores.

Os fatores de risco associados ao suicídio entre policiais militares são complexos e multifacetados. O TEPT emerge como um dos principais elementos, refletindo a exposição frequente a eventos traumáticos no exercício de suas funções. A compreensão desses fatores é fundamental para a implementação de estratégias preventivas eficazes que possam proteger a saúde mental desses profissionais e reduzir os índices de suicídio em suas fileiras.

No contexto da Polícia Militar do Paraná, a saúde mental dos policiais é uma preocupação central devido aos desafios e exposições a situações traumáticas enfrentadas no cotidiano de suas atividades. Diversos estudos têm abordado a temática, fornecendo informações relevantes sobre as medidas disponíveis para atender a essa demanda e as estratégias para minimizar o problema.

Arroyo, Borges e Lourenção (2019) realizaram uma pesquisa sobre a saúde e qualidade de vida de policiais militares, concluindo que o contexto de trabalho apresenta impactos significativos na saúde mental desses profissionais. As condições adversas de trabalho, juntamente com a exposição a eventos traumáticos, podem levar a problemas de saúde mental, como o TEPT e o surgimento de sintomas de ansiedade e depressão.

A avaliação do sono em um grupo de policiais militares de elite, conforme realizado por Pinto, Perin, Dick e Lazzarotto (2018), revelou que os profissionais apresentavam distúrbios do sono, fatores que podem contribuir para o agravamento dos problemas de saúde mental e impactar negativamente o bem-estar desses policiais.

Vancini *et al.*, (2018) destacam que a ansiedade e a depressão são comuns entre os policiais militares, e a prática de atividades físicas pode ser uma estratégia para minimizar os efeitos desses transtornos na saúde mental desses profissionais. No entanto, a qualidade de vida pode ser afetada devido à necessidade de conciliar a rotina profissional exigente com as atividades físicas.

Alves, Bendassolli e Gondim (2017) enfocam que o trabalho emocional, ou seja, a necessidade de controlar as emoções no ambiente de trabalho, pode ser um fator de risco para o desenvolvimento do burnout entre os policiais militares. A alta demanda emocional da profissão pode levar a um esgotamento emocional e contribuir para problemas de saúde mental.

A partir da pesquisa de Wu, Liu, Li, Tian e Tan (2019), foi identificado que a qualidade de vida dos policiais militares pode ser afetada por diversos fatores, como sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento, entre outros aspectos relacionados ao ambiente profissional.

No que diz respeito ao Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), Cunha, Dick, Pires e Pinto (2019) ressaltam que ele é uma preocupação relevante para os policiais militares, uma vez que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

a exposição a eventos traumáticos é frequente no desempenho de suas funções. O diagnóstico e o tratamento precoces do TEPT são fundamentais para evitar complicações na saúde mental desses profissionais.

Além dos estudos mencionados, a percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua foi investigada por Oliveira e Santos (2015). Os resultados indicaram que a falta de suporte psicológico e o estigma associado à busca de ajuda podem ser barreiras para o tratamento de problemas de saúde mental entre esses profissionais.

Medidas de prevenção e intervenção também são fundamentais para a saúde mental dos policiais militares. Mendes (2017) destaca que a capacitação dos profissionais para identificar precocemente os transtornos de ansiedade é crucial para garantir o acesso a tratamentos adequados.

Além disso, o estudo de Silva, Pereira, Rodrigues e Arruda (2018) aponta que o conhecimento dos policiais militares sobre sua própria saúde pode ser um fator importante para a prevenção e promoção da saúde mental, uma vez que o autocuidado é essencial para evitar o desenvolvimento de problemas de saúde mental.

Nesse sentido, o desenvolvimento de programas de educação em saúde mental e a implementação de estratégias preventivas e de apoio psicológico são fundamentais para minimizar o problema e garantir a saúde mental e bem-estar dos policiais militares.

Em conclusão, a saúde mental dos policiais militares é uma questão crítica e complexa que requer a adoção de medidas eficazes para prevenir e tratar problemas relacionados ao TEPT e outros transtornos mentais. Os estudos pesquisados proporcionam um panorama das condições de saúde desses profissionais e evidenciam a necessidade de investimentos em programas de saúde mental, educação, e suporte psicológico. O enfrentamento adequado dessas questões pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do desempenho desses profissionais tão importantes para a segurança pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado brasileiro está organizado com base em um sistema tripartite de separação dos poderes em executivo, legislativo e judiciário, de acordo com o art. 2º da CF/88. Assim, o exercício desses poderes deve ser coordenado para que nenhum poder seja isolado do outro, a fim de alcançar efetivamente a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

O Poder Executivo é responsável pelo planejamento e gestão das políticas de segurança pública voltadas à prevenção e repressão ao crime e à violência e à fiscalização dos delitos; o judiciário é responsável por zelar pelo processo processual e pela aplicação da legislação vigente; O poder legislativo do governo deve criar os sistemas jurídicos necessários para o bom funcionamento do sistema de justiça criminal (Silva, 2011, p. 62)

A implementação de uma política de Estado efetiva não se faz isoladamente ou apenas por meio das ações do Estado, pois a relação entre a sociedade e o Estado é importante:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

A política estatal de segurança pública deve solucionar problemas e questões de grande relevância social, com ênfase na criminalidade violenta e nas atividades do crime organizado e sua articulação em redes nacionais e internacionais relacionadas a drogas, armas, pirataria e contrabando. Também nesta área há necessidade de integração entre os diversos componentes dos sistemas previdenciário e penal, com ênfase nas relações interfederais e intergovernamentais, bem como entre os diversos órgãos federais e estaduais de segurança pública. Além disso, há questões relacionadas a fronteiras territoriais, combate ao terrorismo, crimes cibernéticos, segurança pública no meio rural, segurança em grandes eventos e gestão compartilhada da informação, bem como requisitos de controle externo, proteção de recursos humanos e financiamento da segurança pública, com objetivo de capacitar, capacitar e equipar os órgãos destinados a combater e prevenir o crime. Além disso, o papel dos órgãos de segurança pública no combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos, bem como no combate à lavagem de dinheiro, ganhou significativa importância. (ALMG). (ONLINE)

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) foi criado em 2007, programa nacional de segurança pública com cidadania, iniciado pela Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, alterada pela Lei 11.707 de 19 de junho de 2008. Este programa visa melhorar a segurança pública no país por meio da participação de famílias e comunidades. Seu principal objetivo é formular medidas de segurança pública para prevenir e coibir o crime.

Segundo Neto (2015):

Em 2007, o governo federal lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que combinou atividades como o Projeto "Jovens em Áreas Vulneráveis" (Protejo) e o Projeto "Mulheres da Paz", com foco na prevenção, controle e repressão da criminalidade urbana violenta, estabelecendo políticas sociais e medidas de proteção às vítimas. A seleção dos locais atendidos pelo Pronasci, denominados "territórios da paz", seguiu os critérios da análise estatística e criminal, que mostrou que esses espaços são mais vulneráveis à violência letal. (Neto, 2015, p. 19)

Porém, na realidade atual, pode-se observar que ainda falta planejamento, controle e interação entre o poder público e a participação social para que os resultados sejam mais suficientes.

O atual sistema de segurança pública brasileiro, desenvolvido com base na Constituição Federal de 1988, estabeleceu uma obrigação legal de segurança individual e coletiva. No entanto, no Brasil, via de regra, a política de segurança pública tem servido apenas como paliativo para situações emergenciais, sendo deslocada da realidade social, carece de permanência, consistência e articulação horizontal e setorial (Silva, 2011, p. 62)

No mesmo espírito, Sapori acrescenta que:

A história da política de segurança pública na sociedade brasileira [...] se reduz a uma série de intervenções estatais saltitantes, meramente reativas visando soluções imediatas para crises, que destroem a ordem pública (Sapori, 2007, p. 109).

Assim, a segurança pública só será alcançada se as ações entre os diferentes setores trabalharem em conjunto, pois é importante que estratégias e métodos sejam utilizados para fazer os ajustes necessários para consolidar a tão almejada segurança pública individual e coletiva.

No entanto, Lira ressalta que:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

a segurança pública é um dos temas mais complexos do nosso tempo, motiva e desafia pesquisadores, profissionais da área e afins, gestores públicos e privados, governantes, políticos, lideranças de comunidades e grupos sociais. [...] O desenvolvimento de estratégias para a redução efetiva do índice de criminalidade a partir do modelo de gestão dos políticos estaduais envolve uma maior integração desses atores e da sociedade nos casos institucionais, religiosos e familiares. (Neto, 2015, p. 45)

Diante disso e da complexidade do problema, é necessário que as estratégias adotadas incluam todas as classes indistintamente, para que tenham consciência da importância da construção de uma sociedade em que a paz e a ordem social prevalecer.

A segurança pública, numa perspectiva democrática, deve trabalhar em conjunto com outros setores públicos como: educação, assistência social, saúde, esporte, lazer, trabalho, saneamento básico, iluminação, entre outras políticas públicas [...] depois o quadro de punição, alternativas entre maior ou menor intervenção criminosa e a criação de novas oportunidades para a solução material dos problemas relacionados à criminalidade e à insegurança dos cidadãos (Canuto de Sousa, 2015, p. 4)

Nesse sentido, também é importante que os programas de políticas públicas sirvam de suporte para o estudo das causas e consequências do crime como forma de prevenção, para garantir maior controle sobre os fatos obtidos para obter maior sucesso na aplicação desses programas.

Alguns dos benefícios de uma melhor implementação desses programas, segundo Durante e Borges:

permite avaliar a eficácia global da instituição de segurança pública por meio da avaliação de seus principais projetos, ações e/ou departamentos; permite o acompanhamento e avaliação do desempenho ao longo do tempo; será capaz de focalizar áreas de atuação relevantes e expressá-las com clareza, provocando um processo de transformações estruturais e funcionais, que permite eliminar inconsistências entre a missão da instituição, sua estrutura e seus objetivos prioritários; auxilia o processo de desenvolvimento organizacional e a formulação de uma política de segurança pública específica de médio e longo prazo; aprimora o processo de coordenação organizacional com base na discussão de 68 resultados e no estabelecimento de compromissos entre os diversos setores de cada órgão de segurança pública; permite incorporar sistemas de reconhecimento para funcionar bem e alcançar os resultados esperados (Durante; Borges, 2011, p. 63-86).

Também neste sentido:

A proximidade do centro decisório com o ambiente em que deve atuar pode estimular a conexão entre o Estado e a sociedade, o que amplia as condições da política atividade e gestão da diversidade social, uma das maiores fontes de conflito urbano. Acredita-se também que a proximidade entre os governantes e os governados e a experiência mais direta na resolução de problemas podem estimular o interesse da sociedade civil pelas questões públicas. Assim, o fortalecimento dos poderes municipais seria uma forma de estimular as principais ações políticas e legitimar o sistema político-estatal como um todo (Neto, 2015, p. 55).

Em conclusão, se as estratégias forem utilizadas corretamente e os meios utilizados forem viáveis para reduzir a situação de perigo no Brasil, pode-se concluir que os programas de políticas públicas estão cumprindo seu papel. No entanto, é importante que haja uma participação mais ativa do público nas questões relacionadas à segurança pública, e que o Estado promova o direito



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

fundamental à segurança. Diante desse cenário, ressalta-se a necessidade de tutelar os direitos fundamentais por meio de seus órgãos estatais.

CONSIDERAÇÕES

O aumento alarmante das taxas de suicídio nas últimas décadas no Brasil tem colocado em evidência a necessidade de um olhar mais atento sobre este grave problema, especialmente quando se trata dos profissionais da segurança pública, como os policiais. Esta revisão de literatura buscou investigar os fatores de risco inerentes ao trabalho policial que, de acordo com a compreensão dos profissionais da área psicológica, desempenham um papel significativo na propensão à prática suicida.

É notável que, apesar do crescente interesse sobre o tema, o número de estudos conduzidos no país ainda é reduzido, com amostras específicas, como a de policiais, recebendo uma atenção ainda mais limitada. Os estudos existentes frequentemente apresentam metodologias questionáveis e amostras pequenas, dificultando a generalização dos resultados para a população em questão. Esta carência de pesquisas reflete a falta de prioridade dada à saúde mental dos profissionais que arriscam suas vidas diariamente para proteger a sociedade.

É preocupante constatar que o Estado, que tem a responsabilidade de zelar pela saúde de seus servidores, muitas vezes se torna um agente indireto de seu adoecimento. Isso ocorre quando há negligência na contratação e formação adequada de novos policiais, na disponibilização de recursos essenciais para a execução de suas funções e na oferta de salários insuficientes, levando muitos policiais a recorrerem a "bicos" para garantir o sustento de suas famílias. Esses fatores, somados, geram desmotivação e insatisfação profissional, contribuindo para transtornos mentais que afetam profundamente os trabalhadores da segurança pública.

Ao analisar as medidas de apoio à saúde mental disponíveis no contexto da Polícia Militar, fica evidente que ainda há lacunas significativas a serem preenchidas. A falta de recursos adequados para suporte psicológico e o estigma associado à busca de ajuda representam barreiras substanciais para o enfrentamento eficaz dos problemas de saúde mental. É imperativo investir na capacitação dos profissionais para identificar precocemente os transtornos de ansiedade e desenvolver programas de educação em saúde mental.

Nesse contexto desafiador, a necessidade de estratégias eficazes para minimizar o problema se torna urgente. A promoção da saúde mental e o acesso facilitado a serviços de apoio psicológico devem ser prioridades indiscutíveis na agenda da Polícia Militar do Paraná e de todas as instituições policiais do país. Investir em programas abrangentes de prevenção, conscientização e suporte emocional adequado é crucial para reduzir a incidência do suicídio entre os policiais militares, proporcionando uma melhoria significativa na qualidade de vida desses profissionais que desempenham um papel fundamental na segurança da sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. C.; BENDASSOLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional como preditor de burnout entre policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 3, p. :459-72, 2017. doi: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4505>.

ALVES, M. V. C. **Vitimização de Policiais Militares no Estado do Pará: Avaliação, Modelagem e Monitoramento Estatístico**. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

ARROYO, T. R.; BORGES, M. A.; LOURENÇÃO, L. G. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Rev Bras Promoção da Saúde**, 2019.

ARRUDA, Adenilda Teixeira. **Trabalho noturno e sofrimento mental em trabalhadores da saúde de dois hospitais em Manaus, AM**. 2014. 165f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/13141/1/177.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BEZERRA, Adriana Karla de Oliveira Ferreira. **Concepções de policiais militares sobre cuidados com a saúde**. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14800>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRENT, D. A.; OQUENDO, M.; BIRMIGHAN, A.; GREENHILL, L.; KOLKO, D.; STANLEY, B.; MANN, J. J. Familial pathways to early-onset suicide attempt: Risk for suicidal behavior in offspring of mood-disordered suicide attempters. **Archives of General Psychiatry**, v. 66, n. 5, p. 577-585, 2009.

CANUTO, S. R. Polícia comunitária: a participação social na construção da segurança pública brasileira. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/policia-comunitaria-a-participacao-social-na-construcao-da-seguranca-publica-brasileira.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

COSTA, Marcos Antonio Cezar. Segurança Pública. **Revista Núcleo de Criminologia**, n. 07, nov. 2009. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/maazines/Revista_Nucleo_Criminologia_07.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

DELLASOPPA, E.; BERCOVICH, Arriaga, E. Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. **RBCS**, v. 14, n. 39, 2009.

DURANTE, Marcelo; BRGES, Dorian. Avaliação de Desempenho em Segurança Pública. **Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública**, v. 5, 2011.

DURKEIM, E. **O suicídio**: Estudo sociológico. São Paulo: Editora da Unesp, 1897.

FERREIRA, Leonardo Borges; SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; PAULA, Kesley Moraes de; MENDONÇA, Juliana Moro Bueno; CARNEIRO, Adailto Fernandes. Risco de adoecimento no trabalho: estudo com policiais militares de um batalhão de polícia de Brasília. **Revista Gestão & Sociedade**, v. 11, n. 29, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2150/1227>. Acesso em: 30 ago. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

U SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
 Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOMES, Denise Alves Riambau. **Incidência e perfil de suicídios na brigada militar de 2005 A 2014**. 2015. Trabalho de conclusão do Curso Avançado em (Administração Policial Militar) - Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LIMA, R. S.; SINHORETO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00123.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- MANN, J. J.; APARICIO, A.; ÁLVAREZ, M. J. Neurobiology of suicidal behavior. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 6, n. 10, p. 819-828, 2005.
- MENDES, M. M. M. O. **O impacto dos transtornos de ansiedade na saúde dos trabalhadores da polícia militar**. 2017. Dissertação (Mestrado) – UFPB, Paraíba, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. **Rev. Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v. 18, n. 3, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S1413-81232013010400001. Acesso em: 30 ago. 2023.
- MUNHOZ, Maj PM Diógenes Martins. **Proposta de criação de uma rede de proteção à saúde mental para o efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências) - Policiais de Segurança e Ordem Pública, São Paulo, 2023.
- MUNHOZ, Major Diogenes Martins. **Proposta de capacitação ao efetivo do Corpo de Bombeiros para o atendimento a ocorrências de tentativa de suicídio**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Barro Branco, São Paulo, 2016.
- NETO, T. D. **Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Departamento de Saúde Mental**. Genebra: OMS, 2010.
- PINTO, J. N.; PERIN, C.; DICK, N. R. M.; LAZZAROTO, A. R. Avaliação do Sono em um Grupo de Policiais Militares de Elite. **Acta Paul Enfermagem**, v. 31, n. 2, p. 153-61, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/d7tm4JSyGgnpMmCMGLtXdMm/?format=pdf.lang=pt>.
- SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SILVA, C. T. da; VILETE, L. M. P.; MELO, A. P. F. de; COELHO, R. Transtorno de estresse pós-traumático em policiais militares: relação com fatores de risco psicossociais e comportamentos suicidas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 7, p. e00057518, 2018.
- SILVA, M. R. F.; CARVALHO, V. A. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SILVA, W. M.; PEREIRA, E. S.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, E. S.; ARRUDA, S. S. R. Conhecimento sobre as condições de saúde de policiais militares atuantes em uma Companhia Independente de Polícia Militar. **Rev Eletrônica Acervo em Saúde**, v. 19, n. 19, p. e228, 2018. doi: <https://doi.org/10.25248/reas.e228.2019>.
- STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. A sociedade amedrontada: estratégias eleitorais em torno da violência. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1/2, p. 63-75, 2016.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO
Alan Marcelo Zacarias Del Fiol

VANCINI, R. L.; LIRA, C. A. B.; ANCÉSCHI, S. A.; ROSA, A. V.; LIMA-LEOPOLDO, A. P.; LEOPOLDO, A. S. *et al.* Anxiety, depression symptoms, and physical activity levels of eutrophic and excess-weight Brazilian elite policeofficers: a preliminary study. **Psychol Research Behavior Management**, 2016.

WU, X.; LIU, Q.; LI, Q.; TIAN, Z.; TAN, H. Health-Related Quality of Life and Its Determinants among Criminal Police Officers. **Int J Environ Res Public Health**, v. 16, n. 8, p. 1398, 2019.

ZALSMAN, G.; HAWTOM, K.; WASSERMAN, D.; VAN HEERINGEN, K.; ARENA, F.; BERTOLIN, R.; BALAZSB, J. **Suicide prevention strategies revis.** [S. l.: s. n.], 2016.